Origem: Câmara Municipal / Itupiranga
Assunto: Recurso - Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 27.464, de 25.08.15
Exercício: 2013

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas
Advogado/Contador: Sr(a). Antônio Marruaz da Silva / OAB-PA 8.016

07) Processo nº 201603684-00 (1200052008-00)

Responsável: Sr(a). Valciney Ferreira Gomes
Origem: Fundo Municipal de Saúde / Palestina do Pará
Assunto: Recurso - Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 28.420/2016, de 14.01.16
Exercício: 2008

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

08) Processo nº 201600798-00

Responsável: Sr(a). João Fonseca Gouveia e Sr(a). Wilson da Silva Machado

Origem: Sindicato dos Médicos do Pará - SINDMEPA / Belém

Assunto: Denúncias e Representações

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

09) Processo nº 201516104-00

Interessado(a): Sr(a). André Gonçalves Rodrigues e outros

Origem: Prefeitura Municipal / Marabá

Assunto: Contrato - Contratos Temporários

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

10) Processo nº 201300783-00

Responsável: Sr(a). Maurino Magalhães de Lima

Origem: Prefeitura Municipal / Marabá

Assunto: Convênio - Termo de Convênio s/nº - Casa do Estudante Marabaense / CEMAB

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

11) Processo nº 201119268-00

Interessado(a): Sr(a). Sylvia Christina Souza de Oliveira Santos
Origem: SESMA / Belém

Assunto: Contrato - Temporários firmados com Sr(a). Kátia Regina Silva do Carmo e outros

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

12) Processo nº 201414609-00

Interessado(a): Sr(a). Erick Nelo Pedreira

Origem: IPAMB / Belém

Assunto: Contrato - Contratos Temporários firmados com Sr(a). Rogério Brito Rocha e outros

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

13) Processo nº 201506064-00

Interessado(a): Sr(a). Erick Nelo Pedreira

Origem: IPAMB / Belém

Assunto: Contrato - Contrato Temporário firmado com a Sr(a). Marina Guimarães de Freitas Costa Carvalho

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

14) Processo nº 201506065-00

Interessado(a): Sr(a). Erick Nelo Pedreira

Origem: IPAMB / Belém

Assunto: Contrato - Contrato Temporário firmado com o Sr. Rayan da Costa Gonçalves

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

15) Processo nº 201312717-00

Interessado(a): Sr(a). Irisvaldo Laurindo de Souza

Origem: COMUS / Belém

Assunto: Termo Aditivo - 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2009

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

16) Processo nº 201400183-00

Interessado(a): Sr(a). Gabriela de Fátima Salvador Dutra

Origem: COMUS / Belém

Assunto: Termo Aditivo - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2009

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09/09/2016.

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Protocolo 1006028

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO
DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE
DE PEDIDO DE REVISÃO**

(ART. 271, PARÁGRAFO ÚNICO, RITCM-PA)

PROCESSO Nº 201609907-00

MUNICÍPIO: ULIANÓPOLIS

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NATUREZA: PEDIDO DE REVISÃO

EXERCÍCIO: 2005

RESPONSÁVEL: MARIA DA GLÓRIA MIRANDA ARAÚJO

Tratam os autos de *Pedido de Revisão c/c concessão de efeito suspensivo*, formulado pela ordenadora do Fundo Municipal de Educação de Ulianópolis, Sra. Maria da Glória Miranda Araújo, responsável pelo exercício de 2005, com base no Art. 269, do Regimento Interno, onde pugna pela reforma da decisão objeto do Acórdão nº 26.176/2015.

A decisão combatida NÃO APROVOU as contas do Fundo, devido a realização de despesas sem procedimento licitatório no valor de R\$ 19.238,95 (dezenove mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos) e de R\$ 40.219,20 (quarenta mil, duzentos e dezenove reais e vinte centavos), respectivamente, com Moacir Maranguape de Souza e Márcio Sousa Filho, além do lançamento a conta agente ordenador de R\$ 43,19 (quarenta e três reais e dezenove centavos), decorrente de divergência na despesa orçamentária, o que ensejou a determinação do seu recolhimento e a aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelas contas irregulares em função de grave infração à norma legal, referente a despesas realizadas sem processos licitatórios.

O recorrente argui a dissonância da decisão recorrida com precedentes deste Tribunal. Isto porque, a reprovação das suas contas deveu-se a ausência de processos licitatórios referentes a diversas despesas com serviços de terceiros, que, ao fim do exercício, foram somadas, contrário ao entendimento preponderante desta Corte, que, em situações análogas, têm considerado que estas despesas empenhadas em datas distintas, ainda que com um mesmo fornecedor, devem ser consideradas isoladamente para verificação da obrigatoriedade de licitação. Sobre o assunto, transcreve as seguintes decisões: Resolução nº 12.117/2015; Acórdãos nº 22.774/2012; 19.397/2010, e 23.245/2013-TCM/PA.

Para melhor evidenciar o alegado, discrimina as despesas com o credor Moacir Maraguapes Sousa, referente a serviços diversos de mão de obra de: R\$ 350,00, R\$ 730,00, R\$ 600,00, R\$ 1.509,95, R\$ 5.571,50, R\$ 1.700,00, R\$ 1.250,00 e R\$ 7.527,50, que perfazem o montante de R\$ 19.238,95 no final do exercício; e com o credor Jozemar Silva de Jesus, com quem foram efetuadas locações de veículos, que totalizaram R\$ 40.219,20, porém isoladamente não ultrapassaram o valor de R\$ 4.468,80 mensal.

Aduz, ainda, que todos os processos licitatórios eram efetuados pela Prefeitura de Ulianópolis que centralizava esta atribuição para todo o Município, por meio da Secretaria Municipal de Administração.

Pleiteia, ainda, concessão de *efeito suspensivo*, diante da *prova inequívoca de verossimilhança do alegado*, qual seja, os precedentes deste Tribunal que tiveram entendimento contrário a decisão recorrida, em casos análogos, conforme demonstra por meio de cópias dos empenhos das referidas despesas (fls. 17/25). Demonstra também *fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação*, já que é candidato a vereador no município, e, com as contas reprovadas, a demora na apreciação deste *Pedido de Revisão*, o manterá inabilitado para concorrer nas próximas eleições municipais.

O prazo para recebimento de *Pedido de Revisão*, na forma do *caput*, do Art. 269, do Regimento Interno, é de 02 (dois) anos contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado, que ocorreu em 24.02.2015 (fls.222), portanto, é tempestiva sua interposição em 29.08.2016.

Verificada, desta forma, a legitimidade do ordenador e a tempestividade do pedido rescisório, constata-se seu enquadramento no Inciso III, do Art. 269, do RITCM-PA, ou seja, *na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida ou a decisão adotada*, considerando a apresentação de decisões desta Corte, em casos similares, dissonantes da adotada.

Reservo-me para manifestar sobre o pedido de *efeito suspensivo* após regular instrução e processamento pela 4ª Controladoria, na forma Regimental.

Do exposto, nos termos do previsto no Art. 271, Parágrafo Único, do RITCM-PA, tomando por base os documentos apresentados, CONHEÇO o presente *Pedido de Revisão*.

Belém-PA, 08 de setembro de 2016.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

CONSELHEIRO RELATOR

PUBLICAÇÃO DE ATOS

RESOLUÇÃO Nº 12.251, DE 12/04/2016

Processo nº 201603314-00

Origem: Prefeitura Municipal de Monte Alegre

Assunto: Subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais

Interessado: Arinos de Cristo Chaves - (Prefeito)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. Prefeitura Municipal de Monte Alegre. Legislação de 2009/2012. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato. Multa.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 10 e 11 dos autos.

Decisão: I - Cadastrar a Lei nº 4.703/2008, de 02 de setembro de 2008, que fixou o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Monte Alegre, para a Legislação de 2009/2012, posto que atendido o previsto na Legislação pertinente, porém, somente encaminhada para cadastro nesta Corte de Contas em

11/03/2016, pelo atual Prefeito, Sr. Arinos de Cristo Chaves; II - Aplicar ao responsável, Sr. Jorge Luís dos Santos Braga, então Chefe do Executivo Municipal, multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), em função do não encaminhamento de documento a que está obrigado, por força da lei, o administrador e gestor da coisa pública, no prazo estabelecido, nos termos do previsto no Art. 282, III, "a", do Regimento Interno deste TCM; III - Encaminhar os autos à 4ª Controladoria, responsável pela análise do Município no ano de 2009.

RESOLUÇÃO Nº 12.622, DE 09/08/2016

Processo nº 1170012011-00

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá

Assunto: Prestação de Contas Anuais de Governo exercício de 2011

Responsável: Antônio Nilton Albuquerque

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá. Exercício de 2011. Prestação de Contas Anuais de Governo. Parecer Prévio contrário à aprovação.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 534 a 537 dos autos.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá, a não aprovação das contas anuais de Governo, exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. Antônio Nilton Albuquerque, por estarem irregulares.

RESOLUÇÃO Nº 12.646, DE 16/08/2016

Processo nº 201513492-00

Origem: Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia

Assunto: Diárias de Servidores e Vereadores

Interessado: Edmilson Paz da Silva - (Presidente)

Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa

EMENTA: Diárias de Servidores e Vereadores. Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 24 e 25 dos autos.

Decisão: Cadastrar a Resolução nº 002/2015, de 28 de agosto de 2015, que dispõe sobre a fixação de diárias para Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia, observado o que dispõe o Caput do Art. 37, da Constituição Federal.

RESOLUÇÃO Nº 12.663, DE 23/08/2016

Processo nº 201601145-00

Origem: Câmara Municipal de Porto de Móz

Assunto: Resolução nº 004/2016 que dispõe da revisão anual dos Subsídios dos Vereadores

Responsável: JACI SOARES CORREA - Presidente

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Câmara de Porto de Móz, Revisão Anual dos Subsídios dos Vereadores. Pelo não cadastramento. Descumprimento do Artigo 37, Inciso X, da CF/88.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposição de decisão do Conselheiro Substituto, Relator, às fls. 13/14 dos autos.

Decisão: I - Pelo não cadastramento da Resolução nº 004/2016, que dispõe da revisão anual dos subsídios dos Vereadores, da Câmara de Porto de Móz, para vigor a partir de 01 de janeiro de 2016, devendo ser anexado à respectiva prestação de contas para verificação de possíveis despesas.

II - Proceder a comunicação ao interessado pela Secretaria Geral, para sustação de futuros pagamentos.

ACÓRDÃO Nº 29.123, DE 14/06/2016

Processo nº 300022012-00

Origem: Câmara Municipal de Faro

Assunto: Tomada de Contas Especial de 2012

Responsável: Djalma Pereira de Souza

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Câmara Municipal de Faro. Exercício de 2012. Pela não aprovação, recolhimento, multa e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls 34 a 37 dos autos.

Decisão: I. Não Aprovação das Contas da Câmara Municipal de Faro exercício 2012, de responsabilidade da Sr. Djalma Pereira de Souza por estarem irregulares nos termos do Art. 32, III, "a", "c" e "d", da Lei 84/2012.

II. Recolhimento aos cofres públicos municipais, no prazo de 30 dias, com fundamento no Art. 35, da Lei 84/2012, o seguinte valor, devidamente atualizado, R\$ 764.561,09 (setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e nove centavos), lançado à conta Agente Ordenador, decorrente da não prestação de contas dos recursos recebidos no exercício; III. Recolher, no prazo de 30 dias, ao Fundo de Reparelhamento